

A Trajetória do MDB/PMDB e a política brasileira nas últimas décadas

Andre Franklin Palmeira

História Social pela Universidade Federal Fluminense

Resumo: O presente artigo visa, em linhas gerais, esboçar a trajetória do Partido do Movimento Democrático Brasileiro desde sua fundação no início da ditadura civil-militar de 1964 até a primeira eleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2010. Ao longo do texto, procuraremos demonstrar as múltiplas formas como o referido partido político se apresentou diante da sociedade, seja como partido de oposição consentida a uma ditadura ou como um partido de *frentes políticas* diversas na década de 1970. O partido, que se tornou hegemônico ao longo da transição da ditadura para a “democracia” na década de 1980, perdeu forças na década seguinte no cenário nacional, entretanto, manteve-se como o maior partido brasileiro, notadamente de políticos “bons de voto” pelo interior do Brasil, mas vazios programaticamente e sem alcances nacionais. Analisaremos ainda a participação do MDB/PMDB nos acontecimentos políticos mais marcantes nas ultimas décadas, buscando elucidar que fatores levaram o PMDB a se tornar o maior partido político do Brasil.

Palavras-chave: Partidos, Política Brasileira, PMDB.

Abstract: This article aims, in general, outline the trajectory of the Partido do Movimento Democrático Brasileiro since its founding in the early civil-military dictatorship of 1964 to the first election of President Dilma Rousseff, in 2010. Throughout the text, we try to demonstrate the multiple ways in which that political party stood before the society. Either as an opposition party consented to a dictatorship or as a party of several political fronts in the 1970s Party, which became hegemonic during the transition from dictatorship to "democracy" in the 1980s, lost forces in the decade following on the national scene, however, remained as Brazil's largest party, notably political "good voting" the interior of Brazil, but empty and programmatically without national scope. Jointly address the participation of MDB/PMDB in the most significant political events of the period, with a view as a starting point the following issues: why the PMDB is the largest political party in Brazil?

Keywords: Parties, Politics Brazilian, PMDB.

Segundo Carlos Nelson Coutinho, durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1985) a tendência à ocidentalização da sociedade brasileira continuou a predominar “e para obter o mínimo consenso, a ditadura foi obrigada a tolerar a presença do Parlamento e de um Partido de Oposição, o MDB (Mobilização Democrática Brasileira)”¹, conquistando junto à população o “consenso passivo”, de “desmobilização”, “ideologia da anti-ideologia”.² O regime perdeu legitimidade com a violenta crise econômica no final da década de 1970 e início dos anos 1980, explicitadas por sucessivas derrotas eleitorais.³

Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma “revolução-restauração”, o Brasil ingressou na fase monopolista de Estado. E essa modernização, mesmo sendo “conservadora” – na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição desigual de propriedade e de renda –, consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade brasileira.⁴

Logo após o golpe, o corpo de oficiais das Forças Armadas brasileiras, através de *Atos Institucionais*, em estreita relação com setores da sociedade civil nacional e organismos internacionais estadunidenses⁵, reformou os marcos institucionais do Brasil. No dia 9 de abril de 1964, foi instituído o primeiro Ato Institucional⁶, que retirava o então presidente da República Ranieri Mazzilli (ex-presidente da Câmara dos Deputados, que havia assumido a presidência com a deposição de João Goulart) e, em seu lugar, empossava o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como o novo presidente da República.

Até então, muitos civis que apoiaram o golpe – entre eles Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda – acreditaram que a junta militar que havia perpetrado o golpe manteria as datas e os processos eleitorais, porém não foi isso que ocorreu. Após as eleições para Governador de Estado em outubro de 1965, na qual os golpistas haviam sido derrotados em Estados importantes como em Minas Gerais e no então Estado da Guanabara⁷, foi editado o

¹ COUTINHO, Carlos Nelson. “As Categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In: *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 p.216.

² *Idem.*

³ *Ibidem.*

⁴ *Ibidem.*

⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

⁶ Produzido por Francisco Campos, foi editado em 09 de abril de 1964 pela junta militar. Possuía 11 artigos e concedia aos militares o poder de alterar a constituição, cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública. Determinava eleições indiretas para a presidência da República no dia 11 de abril, sendo o mandato do presidente terminado em 31 de janeiro de 1966, quando expiraria a vigência do ato.

⁷ Com a mudança da capital do país para [Brasília](#), em [1960](#), o município do Rio de Janeiro tornou-se o Estado da Guanabara, o único caso no Brasil de uma cidade-estado. Essa situação perduraria até 1975, quando se realizou a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, mantendo a denominação de [Estado do Rio de Janeiro](#), tornando-se a cidade do Rio de Janeiro a capital fluminense.

Ato Institucional nº2⁸ que extinguiu os partidos políticos existentes⁹, além de conceder poderes ao Executivo “para cassar mandatos e decretar o estado de sítio sem a prévia autorização do Congresso”.¹⁰ O regime ditatorial ia ganhando corpo e forma com os atos institucionais e atos complementares.

Com o AI-2, foi instituído no país o bipartidarismo, que deu origem a dois novos partidos políticos: um de situação, a Aliança Renovadora Nacional, a ARENA, e um de oposição moderada, o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB.¹¹ A primeira Executiva Nacional do MDB, eleita na Convenção de 04 de abril de 1966, foi composta por:

Presidente: Senador Oscar Passos (AC), Vice-Presidentes: deputado Oswaldo Lima Filho (AC), Deputado Ulysses Guimarães (SP), Deputado Franco Montoro (SP), Secretário Geral: Deputado José Marins Rodrigues (CE), Tesoureiro: Senador José Erminio de Moraes (PE), Vogais: Senador Pedro Ludovico (GO), Senador Argemiro de Figueiredo (PB), Senador Barros de Carvalho (PE), Deputado Antonio Ferreira de Oliveira Brito (SP), Deputada Ivete Vargas (SP).¹²

Podemos perceber logo na primeira Executiva do partido autorizado pela ditadura, o seu caráter moderado. Assim o MDB seria o abrigo político de opositores do regime, porém sem meios de confrontá-lo. A ARENA, partido de sustentação da ditadura possuía 2/3 de todas as cadeiras no Congresso Nacional. Em 1966, o AI-3 impôs eleições indiretas para governadores e prefeitos das capitais estaduais, sendo estes últimos escolhidos pelo governador. Na primeira Convenção Nacional do MDB, o partido se negou a participar das eleições indiretas do Colégio Eleitoral¹³ para a eleição presidencial. Mas confirmou

⁸ “O AI-2 reforçou ainda mais os poderes do Presidente da República aos estabelecer que ele poderia baixar atos complementares ao ato, bem como decretos-leis em matéria de segurança nacional. O governo passou a legislar sobre assuntos relevantes através dos decretos-leis, ampliando até onde quis o conceito de segurança nacional existentes. Mas a medida mais importante do AI-2 foi a extinção dos partidos políticos existentes. Os militares consideravam que o sistema multipartidário eram um dos fatores responsáveis pelas crises políticas. Desse modo, deixaram de existir os partidos criados no fim do Estado Novo que, bem ou mal, exprimiam diferentes correntes de opinião pública. A legislação partidária forçou na prática a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que agrupava os partidários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição. A maior parte dos políticos que se filiaram à Arena tinham pertencido à UDN e em número quase igual ao PSD; o MDB foi formado por figuras do PTB, vindo a seguir o PSD”. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP. 2000. p. 474-475.

⁹ Os principais partidos políticos existentes entre 1945 e 1964 foram: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN); além do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922 e que depois de um curto período na legalidade (1945-1948) mantinha-se de forma clandestina.

¹⁰ DELGADO, Tarcísio. *A História de uma Rebelde: 40 anos, 1966-2006*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006. p.39.

¹¹ Entre os nomes em escolha para o grupo que poderia institucionalmente se opor ao Regime estava também o nome de: *Ação Democrática Brasileira*. Cf. DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 42.

¹² DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 44.

¹³ A primeira eleição decidida pelo Colégio Eleitoral foi a que referendou o nome do general Arthur da Costa e Silva como “Presidente” do Brasil em setembro de 1966.

presença nas eleições em âmbito regional, demonstrando que o partido iria participar efetivamente dos canais – ainda que mínimos – de participação oferecidos pela ditadura.

Impondo seu modelo de governança através de Atos Institucionais e Atos Complementares, os militares partiram para uma manobra mais ousada, ao mesmo tempo em que lhe confeririam mais estabilidade jurídica para impor o arbítrio: a Constituição de 1967. Com o Ato Institucional nº4, de 1966, o regime convocou o Congresso Nacional para votar e promulgar a nova Carta Magna do país, substituindo a de 1946. Esta constituição aumentava consideravelmente as atribuições do Executivo e estava impregnada com a ideologia da *segurança nacional*, buscando legitimar o autoritarismo no país, além da tentativa de conferir feições “democráticas” à ditadura brasileira. Nesse contexto, o MDB tentava obstruir as pautas no Congresso, sem muito sucesso, uma vez que cassações e perseguições ocorriam quase que rotineiramente no parlamento.

Nos primeiros anos após o golpe de 1964, diversos setores da sociedade civil nacional passaram a contestar o regime. Os estudantes – que foram um dos primeiros alvos da repressão no pós-64 – mobilizaram-se, tomaram as ruas de todo o país, atuaram além das fronteiras das universidades e escolas, exercendo papel de destaque no cenário político nacional, além de terem desenvolvido intensa atividade cultural e artística. O movimento operário, que também sofreu fortemente a repressão ditatorial, reorganizou-se e articulou significativas greves. Artistas e intelectuais engajados também inovavam no teatro, no cinema e na música engajados e combatiam, com outras armas, a ditadura brasileira. Até antigos aliados dos militares golpistas, como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, se juntaram ao ex-presidente deposto João Goulart e criaram a *Frente Ampla*¹⁴ contra a ditadura.

Em dezembro de 1968, tomando como pretexto a recusa do Congresso Nacional em autorizar o processo do deputado Márcio Moreira Alves, acusado de um discurso ofensivo à “honra” das Forças Armadas, o general-presidente Costa e Silva (contando com o apoio de seus aliados da sociedade civil: empresários, industriais nacionais e estrangeiros e os latifundiários) decretou o *Ato Institucional nº5*. Com o AI-5, oficializou-se o terrorismo de Estado. O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais foram fechados e governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos. Simultaneamente, generalizavam-se as prisões de opositores, o uso da tortura e do assassinato – tudo em nome da “segurança nacional” e do “desenvolvimento econômico”. Por sua vez, essas medidas arbitrárias ajudaram a garantir um ambiente para imposição de medidas econômicas, que constituíram a base para o *milagre econômico brasileiro* (1969-1973).¹⁵

¹⁴ Criada por Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e João Goulart em 1966. A princípio tinha intenção de buscar amplo apoio com estudantes e grupos perseguidos pelo regime. Mas diante das críticas de Leonel Brizola (e da família de Getúlio Vargas), da desconfiança de parlamentares e da pressão dos militares, a *Frente* dissolveu-se em abril de 1968.

¹⁵ Período em que o Brasil cresceu economicamente em ritmo acelerado baseado no arrocho salarial, em novas condições de financiamento, em empréstimos internacionais, na ampliação das empresas estatais de

Nas eleições legislativas de 1970, auge do milagre econômico brasileiro e das campanhas ufanistas da ditadura – favorecidas pela vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol no México – a ARENA obteve ampla maioria no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas dos Estados, deixando o MDB em profunda crise.¹⁶ No ano de 1972, Ulysses Guimarães foi eleito presidente da legenda oposicionista. A partir daí, somado ao extermínio das esquerdas armadas e ao declínio do crescimento econômico brasileiro, o partido começou a passar por um processo de “oxigenação” interna, com uma intensa programação partidária. Cursos de assessoramento e estudos passaram a ser oferecidos pelo partido, além de uma tentativa de unificar o discurso *emedebista*.¹⁷ Ademais, foram expedidas notas para a imprensa, manuais de organização partidária para os municípios, mensagens aos estudantes, ou seja, o MDB passava a se comportar de fato como um partido político.

Mas o crescimento econômico robusto da economia, principal sustentáculo do regime, não resistiu às turbulências da economia que se apresentava mundializada. As importações de petróleo no Brasil subiram de 769 milhões de dólares em 1973 para pouco mais de 2 bilhões em 1974, abalando o ritmo acelerado de crescimento econômico.¹⁸ O II Plano Nacional de Desenvolvimento foi lançado no final de 1974 com o objetivo de manter o crescimento econômico brasileiro a qualquer custo. Para isso as estatais, via empréstimos internacionais, se expandiram para garantir os bens de produção necessários para manter a economia brasileira aquecida, após o “milagre econômico”. São os setores siderúrgicos, metalúrgicos, petroquímicos, fertilizantes, cimento.

base e apoio às empresas oligopolistas. Nesse contexto, a tese da luta armada encontraria terreno fértil e seguidores ardorosos, ainda que as propostas armadas fossem anteriores ao AI-5 e ao próprio golpe de 1964. Com exceção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que continuava apostando na via pacífica, e de grupos favoráveis à luta armada, mas críticos à guerrilha urbana, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), dezenas de organizações lançaram-se às ações armadas nas cidades, inspiradas, sobretudo, no exemplo vitorioso da Revolução Cubana, além das lutas de libertação nacional no Vietnã e na Argélia.¹⁵ Para além da oposição armada, alguns setores das esquerdas brasileiras adentraram o quadro partidário do MDB neste período e, assim sendo, no início da década de 1970 o partido configurava-se como uma grande miscelânea de tendências políticas opositoras à ditadura civil-militar.

¹⁶ Em 1966, dos 409 deputados, 67,7% eram da ARENA e o restante, 32,3%, eram do MDB. Em 1970, 71,9% dos 310 deputados eram da ARENA e 28,1% eram do MDB. Cf. DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 172.

¹⁷ Dentre os temas abordados na publicação “MDB em Ação nos Comícios, Rádio e Televisão” estavam: “O que é o MDB; Princípios fundamentais do programa do MDB; Papel da oposição; O AI-5 e o MDB; A normalidade democrática e o MDB; Voto direto para todos os cargos eletivos e o MDB; Porque o MDB luta por eleições diretas; Eleições diretas, segurança nacional e o MDB; Não vote em branco, vote no MDB; O governo não responde e não admite ser fiscalizado pelo MDB e pelo legislativo; Porque o MDB luta pela liberdade de imprensa; Os direitos do homem e o MDB; Os direitos da mulher e o MDB; A juventude e o MDB; A educação e o MDB; A saúde e o MDB; O desenvolvimento e o MDB; Política econômico-social e o MDB; Distribuição de renda e o MDB; Custo de vida, espoliação salarial e o MDB; O Fundo de Garantia por tempo de serviço e o MDB; O INPS e o MDB; A habitação popular e o MDB; O nacionalismo e o MDB; O sindicato e o MDB; A situação do campo e o programa agrário do MDB; A agricultura e o MDB; O problema urbano e o MDB; O municipalismo e o MDB; Remuneração justa para os vereadores e o MDB; O menor abandonado e o MDB”. DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 100-101.

¹⁸ MARINI, Rui Mauro. Brasil: da Ditadura à Democracia. (1964-1990). p.03.

A historiadora Monica Almeida, em sua tese sobre o processo de privatização, analisa a reestruturação do setor público desde o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançado em meados da década de 1970. Como forma de sair da crise de endividamento proporcionado pela grande liquidez financeira do final da década de 1960 e início da década de 1970 (do primeiro choque do petróleo em 1974), o II PND reorientou o setor de bens duráveis para bens de produção. A estratégia do II PND era expandir as indústrias de base (basicamente estatais) para aumentar a oferta à indústria privada nacional e multinacional impulsionado a exportação de produtos manufaturados.¹⁹

Em 1974, durante a crise do *milagre econômico*, ocorreram eleições legislativas, ao mesmo tempo em que ocorriam eleições indiretas para a Presidência da República. O MDB que até então se recusava a participar do pleito, sabendo de antemão a derrota que sofreria nas eleições de cartas-marcadas do Colégio Eleitoral, decidiu, em 1974, participar da “eleição”. O escolhido para a empreitada foi o presidente do partido, Ulysses Guimarães, sendo o jurista Barbosa Lima Sobrinho, candidato a vice. Ironicamente, o nome dado à sua candidatura foi justamente *anticandidatura*, para ressaltar a sua impossibilidade de vencer as eleições. O resultado das eleições não modificou a maioria do Congresso Nacional, porém aumentou e muito o número de parlamentares do partido, em um momento em que a ditadura civil-militar começava a dar sinais de estagnação.²⁰

Escolhido pela cúpula militar e referendado pelo Colégio Eleitoral para substituir o general Emílio Garrastazu Médici (um dos fundadores do SNI ao lado dos *Ipesianos* João Baptista Figueiredo e Golbery do Couto e Silva), o general Ernesto Geisel (um dos principais líderes do IPES) tinha a missão de fazer a economia nacional voltar a crescer, uma vez que esta foi duramente atingida pela crise internacional do petróleo e pela escassez de crédito externo, para manter os padrões de acumulação e reprodução de capital no país. Entretanto, é importante ressaltar que o modelo de industrialização via financiamento externo e estímulo à grande indústria multinacional já estava consolidado no Brasil e este era um dos grandes objetivos do golpe de 1964 e um dos principais motivos que levaram à deposição de João Goulart. O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) deveria ser o propulsor da manutenção da acumulação de capital no país. Mas desagradou o setor industrial, por privilegiar Estados da federação menos dinâmicos economicamente. Como afirmou o cientista político Álvaro Bianchi, “o ativismo empresarial que se manifestava com vigor a partir da década de 1970 foi a reação patronal a uma crise que já se vislumbrava no horizonte”.²¹

Com as oposições mais radicalizadas dizimadas pela repressão (produzida por agentes do Estado e financiada por empresários e latifundiários) e com a desarticulação do

¹⁹ Cf. ALMEIDA, Mônica Picollo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

²⁰ Depois das eleições legislativas do ano de 1974, dos 364 parlamentares 55,8% eram da ARENA e 44,2% eram do MDB, mostrando um expressivo crescimento da legenda oposicionista. DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 172.

²¹ BIANCHI, Álvaro. *op.cit.* p.167.

movimento operário, os militares anunciaram a chamada *abertura política lenta, gradual e segura*. Os militares, no entanto, não abriram mão do autoritarismo e procuraram controlar o processo de “abertura”, garantindo sua volta segura aos quartéis.

Nas eleições municipais de 1976, o então Ministro da Justiça Armando Falcão formulou uma lei (nº 6.349/76) que restringia a propaganda eleitoral no rádio e na TV. A nova lei, que ficou conhecida como “lei da mordaca”²², proibia ainda a fala dos candidatos, permitindo apenas a exposição da foto do candidato e a leitura de seu currículo, seu número e a divulgação de seus comícios e compromissos de campanha. Temendo perder o controle do Congresso para os opositores do MDB nas eleições legislativas do ano de 1978, editou, ainda em abril de 1977, o chamado “Pacote de Abril”, em que fechava o Congresso Nacional e estabelecia medidas em que garantiriam a maioria do Congresso para a ARENA.²³

Nesse quadro, a principal prioridade do MDB enquanto partido de “oposição” ao regime ditatorial era justamente a questão eleitoral. Para a cientista política Célia Melhem, essa prioridade foi “estabelecida ainda na década de setenta, [e] sempre atraiu quem tivesse motivação por cargos e poder em todas as frações do partido, independente da rigidez ideológica de cada uma”.²⁴

No estudo de Célia Melhem, que enfoca principalmente o MDB paulista, a autora aponta ainda que até a consolidação do núcleo dirigente nacional na primeira metade da década de 1970, as principais influências no partido eram de *janistas* e *trabalhistas*.²⁵ Ao longo da segunda metade da década de 1970, intensificava-se a interiorização do MDB com formação de diversos diretórios e aliciamento de quadros, simpatizantes e militantes, aumentando, assim, a influência do partido em diversas partes do país.²⁶

No ano de 1978, quando já estouravam greves operárias no ABCD paulista e movimentos pró-anistia surgiam pelo país, como o I Congresso Nacional pela Anistia, realizado em novembro de 1978, a ditadura civil-militar dava claros sinais de desgaste, inclusive junto a setores que lhe haviam patrocinado e sustentado no poder, como a classe empresarial-industrial e latifundiária.

²² DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p.133.

²³ Metade das vagas em disputa seria preenchida pelo voto indireto do Colégio Eleitoral cuja composição comportava os membros da Assembleia Legislativa e delegados das Câmaras Municipais. Assim, um terço dos senadores não foram sufragados pelo voto direto e sim referendados após uma indicação do presidente da República, os chamados *senadores biônicos*. Esta medida visava garantir aos militares uma maior bancada no Congresso Nacional. O “pacote” também estabelecia a extensão do mandato presidencial de cinco para seis anos, a manutenção de eleições indiretas para governador e o aumento da representação dos estados menos populosos no Congresso Nacional. Dos 420 congressistas em 1978, 55% eram da ARENA e 45% do MDB. DELGADO, Tarcísio. *op. cit.* p.172.

²⁴ MELHEM, Célia Soibelman. *Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hicitec, 1998. p.133.

²⁵ O grupo conhecido como Janista era liderado justamente pelo ex-presidente Jânio Quadros e tinha como principal bandeira a moralidade política e o nacionalismo, mas após a saída de Jânio Quadros do MDB no final da década de 1960, essa corrente perdeu força no partido. A corrente trabalhista era composta pelos herdeiros políticos de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola.

²⁶ MELHEM, Célia Soibelman. *op. cit.* p.141.

O processo de transição democrática no Brasil tem como principal marco temporal o ano de 1979, indelevelmente caracterizado pelo fim do bipartidarismo, pela reformulação da Lei de Segurança Nacional, pela libertação dos presos políticos e, enfim, pela anistia política.²⁷ Estas mudanças impactaram fortemente o MDB. Se por um lado, a anistia trouxe de volta para o Brasil diversos quadros políticos que ingressariam no MDB, por outro lado, o fim do bipartidarismo e a instituição do pluripartidarismo levariam alguns de seus militantes a abandonar as fileiras do partido.

Entre os exilados que retornaram ao país e adentraram as fileiras do MDB, o ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, José Serra, anteriormente ligado ao grupo católico conhecido como Ação Popular (AP), e Fernando Henrique Cardoso, logo se destacaram no papel de elaboradores dos programas do partido. Em um primeiro momento, parecia que o partido caminhava para uma *esquerdização*, pela chegada de ex-exilados políticos com o passado recente oriundo de lutas pelas reformas de base no governo João Goulart (1961-1964), quadros políticos opositores ao regime ditatorial, e ainda pelo fato do MDB, desde o início da década de 1970, possuir em suas fileiras comunistas originários do PCB e do PCdoB.²⁸ Porém, o que se viu foi justamente o contrário; ocorreu uma guinada à direita no MDB-PMDB nos anos seguintes.

²⁷ A bandeira da anistia unificou os diversos setores de esquerda no país, incluindo os oriundos dos grupos armados derrotados pela ditadura. A campanha pela anistia, liderada, sobretudo, pelos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA's), tomou as ruas do país, teve repercussão internacional e mobilizou significativamente amplos movimentos sociais. Contudo, a anistia política aprovada em 1979, não isenta de ferrenhos embates no Congresso Nacional, não era nem ampla, nem geral, nem irrestrita, como clamavam os movimentos sociais, além de ter anistiado envolvidos nos crimes da ditadura sem anistiar muitos de seus atingidos. Nos últimos anos, as questões referentes à anistia e às heranças da ditadura vêm ganhando ampla visibilidade, sendo placo de acirrados debates e polêmicas que envolvem grupos organizados da sociedade civil, o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Para saber mais, ver, entre muitos outros: RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011 e SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. 2 Volumes, São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

²⁸ Sobre os candidatos ligados ao PCB e ao PCdoB: “Seus candidatos eram escolhidos por decisão do PCB, mas se curvavam à dinâmica do MDB nas eleições e no legislativo, uma vez que para eles a luta pelo retorno da democracia era prioritária, tendo o MDB como seu principal condutor. Apresentavam comunhão de ideias e interesses entre si como comunistas, mas apenas parcialmente em relação ao MDB, seja pela rigidez ideológica de suas concepções, seja porque também atuavam em outros setores políticos, como área sindical, universitária e de associações profissionais. Seus quadros emedebistas eram eminentemente universitários e acadêmicos, com fraca presença da área sindical. Esta era mais acionada para votar no partido. Dada a vigência de um regime anticomunista, foram inscritos no MDB comunistas até então pouco conhecidos para evitar prisões e cassações. Assim, eram na maioria quadros jovens universitários e com pouca experiência de vida dentro do MDB. (...) Os comunistas trabalhavam sempre com a possibilidade de seus parlamentares serem cassados a qualquer momento (e alguns o foram), razão pela qual frequentemente incluíam um “estepe” do candidato prioritário do PCB na lista do MDB. (...) O PCdoB também atuou no MDB-PMDB paulista, mas com pouca influência na organização partidária. O MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) também ingressou no PMDB e acabou praticamente a serviço do quercismo. Nunca teve peso marcante no partido”. MELHEM, Célia Soibelman. *op.cit.* p.147-148. Para saber mais: FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. *A relação dos PC's com o MDB-PMDB no cenário da transição e as eleições de 1982 no RS*. – Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

Os principais quadros e lideranças do MDB interpretaram o fim do bipartidarismo como mais um golpe do regime para enfraquecer e fragmentar as oposições à ditadura. Acusavam ser mais um casuísmo a “cassação do MDB”. No dia 21 de novembro de 1979, foi aprovado o Projeto de Lei nº37 que dava um prazo de 180 para a reorganização de novos partidos políticos²⁹ e no dia 20 de dezembro do mesmo ano o ditador general João Batista Figueiredo sancionou a lei nº 6.767 determinando o fim do bipartidarismo.³⁰ No dia 15 de janeiro de 1980, nasceu na Câmara dos Deputados o *Partido do Movimento Democrático Brasileiro*, tendo no dia 09 de junho de 1980 seu registro aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral.³¹

Neste momento de crise do regime, na reorganização das forças políticas, mesmo opositores históricos da ditadura – como Leonel Brizola, Miguel Arraes e outros que atemorizavam as direitas – aceitaram o jogo de “transição pelo alto” para a democracia. Muda-se o regime, mas o conteúdo da dominação se mantém. Líderes civis no Parlamento que serviam de “base de apoio” à ditadura mudaram de lado e lideraram a transição como José Sarney, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães, entre vários outros. A polícia militar que durante da ditadura serviu como um “corpo auxiliar” das Forças Armadas, assim como os Bombeiros, foi mantida na transição e após a Constituinte, conservando o essencial do aparelho repressivo. Como afirma o historiador Renato Lemos, na longa duração da história do Brasil a permanência da contrarrevolução permanente persiste em toda a trajetória republicana.³²

O pluripartidarismo e a liberdade partidária no país geraram, inevitavelmente, a fragmentação dos opositores à ditadura, tanto à direita como à esquerda no espectro político. Novos partidos políticos foram sendo criados e recriados e setores da ARENA desgastados com o governo buscaram refúgio em outros partidos, inclusive no recém-criado PMDB.

Os demais partidos surgidos com a reforma partidária de 1979 foram: PDS (Partido Democrático Social), sucessor da ARENA; PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); PDT (Partido Democrático Trabalhista); PT (Partido dos Trabalhadores). Algumas lideranças dissidentes da ARENA e do MDB fundaram o PP (Partido Popular), que teve uma curta existência, pois logo se incorporou ao PMDB. Os partidos comunistas (PCB e

Porto Alegre, 2009 e CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Os “melhores filhos do povo”: um estudo do ritual e do simbólico numa organização comunista – o caso MR-8*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

²⁹ FERREIRA, Denise Paiva. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Editora Alternativa, 2002. p.136.

³⁰ DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 203.

³¹ DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 209. As duas primeiras comissões executivas do PMDB foram assim compostas: Ulysses Guimarães, Presidente; o Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente; e o Senador Pedro Simon, Secretário Geral. *Idem.* p. 210.

³² LEMOS, Renato. “A Anistia e a Crise Política no Brasil pós-1964”. *Topoi*, nº5, Rio Janeiro, 2002.

PCdoB) permaneceram na ilegalidade até 1985, quando foi restabelecida a liberdade de organização partidária por meio de emenda constitucional.³³

Sobre a fusão do PP com o PMDB ocorrida em 1982, Denise Paiva Ferreira em sua tese sobre o PMDB e o Partido da Frente Liberal (PFL) aponta:

O fato que originou a fusão PP-PMDB foi o chamado Pacote de Novembro [1981], editado pelo governo federal, em novembro de 1981, para diminuir as chances das oposições no pleito de 1982 que se avizinhava. Este pacote continha uma série de medidas, tais como proibição de coligações partidárias, obrigatoriedade de os partidos lançarem candidatos em todos os níveis (de governador a vereador) e voto vinculado. O PP se abrigou no PMDB porque, após o Pacote de Novembro, sua fraca estrutura organizacional e implantação tornavam suas chances nulas naquelas eleições.³⁴

Essa fusão chegou a criar mal estar dentro do PMDB uma vez que diversos quadros do PP eram oriundos da antiga ARENA, o que tornava evidente o avanço de setores conservadores dentro da heterogenia marcante durante toda a história do MDB-PMDB. Contudo, mesmo após essa fusão e com a entrada no partido de outros quadros políticos conservadores, concomitante à saída de *esquerdistas* para o PT e o PDT, o PMDB continuou sendo o maior partido de oposição ao regime militar, que, por sua vez, chegava aos seus estertores na primeira metade da década de 1980.³⁵

Nesta nova etapa da trajetória do partido, os principais quadros do PMDB percorreram o país de 1980 a 1982 (notadamente o setor acadêmico do partido), buscando organizá-lo em seus núcleos municipais e estaduais. Seu principal meio de divulgação era a *Revista do PMDB*, na qual, através de seus artigos e manifestos, eram expostos as diretrizes basilares do partido. Figuravam entre os autores que publicavam textos neste periódico: Fernando Henrique Cardoso, Ulysses Guimarães, Roberto Saturnino Braga, Carlos Lessa, István Jancsó, Rose Marie Muraro, Carlos Alberto Medeiros, Leandro Konder, Alba Zaluar, entre outros, eminentes intelectuais nacionais debatendo sobre a necessidade de tornar o partido um *partido de massas*, o papel e a inserção das mulheres na sociedade, questões econômicas, o modelo sindical defendido pelo partido, políticas públicas para os pobres urbanos, entre outros temas.

³³ FERREIRA, Denise Paiva. *op.cit.* p. 176.

³⁴ *Idem.* p.177.

³⁵ “Após a reforma partidária, ainda que se tenha ampliado o sistema partidário, o PMDB continuou sendo o maior partido político de oposição, em termos organizacionais e de representação dentro do Congresso Nacional. Essa afirmação pode ser comprovada ao observarmos a divisão de cadeiras logo após a reforma partidária. No Senado Federal, o PDS (o partido do governo) ficou com 56,7% das cadeiras e o PMDB com 29,8%, sendo as demais (um total de 67) distribuídas entre os demais partidos recém-surgidos. Na Câmara Federal, o PDS também continuou com a maioria, 51,6% dos deputados. Em seguida vinha o PMDB com 21,4%; o restante das cadeiras se distribuiu entre os demais partidos”. FERREIRA, Denise Paiva. *op.cit.* p.136.

Nas eleições gerais de 1982, apesar do Pacote de Novembro que o regime ditatorial impôs para beneficiar diretamente seu partido político de sustentação (PDS) e dificultar os partidos de oposição, o PMDB conseguiu eleger alguns governadores em estados como: São Paulo (Franco Montoro), Minas Gerais (Tancredo Neves), Paraná (José Richa), Espírito Santo (Gerson Camata), Goiás (Íris Rezende), Mato Grosso do Sul (Wilson Barbosa Martins), Pará (Jader Barbalho), Amazonas (Gilberto Mestrinho) e Acre (Nabor Júnior); além disso, o PDT sagrou-se vitorioso no estado do Rio de Janeiro, com Leonel Brizola. Nos demais estados, os eleitos foram do PDS.³⁶

O Brasil vivia o auge da crise econômica; o Produto Interno Bruto em 1981 atingiu o saldo negativo de 4,25%.³⁷ Eram os reflexos da segunda alta brusca do petróleo em 1979 e o aumento dos juros nos EUA que acarretou uma fuga de capitais dos países periféricos. Em 1982, o México deu calote no FMI e o governo antecipou inúmeras das conhecidas medidas ortodoxas impostas pelo Fundo: 1) contração salarial 2) controle das despesas públicas e investimentos 3) aumento da arrecadação tributária 4) enxugamento da liquidez e liberação das taxas de juros.³⁸ Isso isolou ainda mais os militares de suas bases de sustentação política. O empresariado passou a ter uma perspectiva receosa do futuro e segurava investimentos, agravando a crise.

No dia 02 de março de 1983, o então deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), apresentou uma proposta de emenda constitucional que determinava a eleição por voto direto para Presidente da República em 1984, tendo 169 assinaturas de deputados e de 23 senadores.³⁹ Durante os debates públicos no Congresso que antecederam a votação, o clamor popular pela sua aprovação tomou conta do Brasil – era a campanha das *Diretas Já!* Inúmeras manifestações públicas ocorreram no país com a participação de diversos setores da sociedade brasileira. Artistas, jogadores de futebol, jornalistas, políticos, ex-exilados, militantes políticos e principalmente a população comum sem vínculos partidários tomaram as ruas lutando por eleições diretas para a Presidência.⁴⁰

Porém, o regime ditatorial que agonizava ainda mantinha o controle político da situação e detinha uma ampla maioria no Congresso. Com isso, a emenda das “diretas-já” foi derrotada fragorosamente (na sessão do Congresso do dia 25 de abril de 1984)⁴¹ para a

³⁶ FERREIRA, Denise Paiva. *op.cit.* p. 177.

³⁷ Dados disponíveis em: <http://www.acionista.com.br/graficos_comparativos/pib.htm>. Acessado em 17/08/2013.

³⁸ BIANCHI, Álvaro. *Um Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas, EdUnicamp, 2010. *op.cit.* p.168.

³⁹ DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 256.

⁴⁰ A Campanha das “Diretas Já” teve forte apoio da sociedade civil, notadamente a Organização dos Advogados do Brasil, a União Nacional dos Estudantes e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Em setembro de 1983, o PMDB, PT, PTB e PDT formaram uma comissão sob a direção do Senador Pedro Simon para coordenar a campanha. DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p.261.

⁴¹ Foram 298 votos a favor, 65 contra e 113 abstenções, faltando 22 votos para a sua aprovação.

tristeza da população, demonstrando que o regime possuía um Legislativo apenas para maquiar as decisões que vinham da cúpula ditatorial, civil-militar.⁴²

Uma vez derrotada a “emenda Dante de Oliveira” restava a eleição via Colégio Eleitoral, dessa vez sem a presença de militares. Imediatamente após a derrota das “diretas já” começaram as negociações para a escolha dos candidatos. O PT, naquele momento histórico ainda exaltando seu caráter abertamente classista e socialista, não aceitou participar deste pleito e ainda impôs aos seus congressistas o não apoio a quaisquer candidatos, sob pena de expulsão.⁴³ Dentre os possíveis candidatos do PMDB, após longo impasse acerca da validade da participação na eleição no Colégio Eleitoral de maioria de sustentação do regime, estavam o seu principal líder Ulysses Guimarães e o mineiro Tancredo Neves. Este último era conhecido por sua habilidade política em costurar acordos de bastidores, sempre baseados em consensos e saídas políticas negociadas, como, por exemplo, sua eleição para 1º Ministro no governo de João Goulart quando militares e setores mais reacionários da sociedade brasileira não aceitavam a presença de Jango como chefe do Executivo Federal, em 1961.

No lado dos apoiadores do regime do arbítrio, o PDS junto com os militares, indicava um fiel escudeiro da ditadura, ex-governador biônico e senador por São Paulo, o “empresário” Paulo Salim Maluf. Este nome não era unanimidade nem mesmo dentro do PDS, pois quando seu nome foi confirmado, um grupo dentro do partido anunciou sua saída da legenda. Este grupo era conhecido como *Frente Liberal*, notadamente composto basicamente por empresários, banqueiros e latifundiários de diversos estados da federação, mas, principalmente, do Nordeste do país. Essa Frente Liberal se uniu a setores dentro do PMDB que apoiavam a candidatura de Tancredo Neves. Procurando manter a ideia de consenso nacional, o vice na chapa de Tancredo foi o maranhense José Sarney, que ingressou no PMDB em 1983, embora tenha sido, até então, senador e presidente do PDS (antiga ARENA), partido de sustentação da ditadura, e de grande serviço prestado ao regime.

A chapa batizada de “Aliança Democrática” foi anunciada no dia 11 de agosto de 1984. No dia 14 de agosto, Tancredo deixou o posto de governador de Minas Gerais para se lançar na campanha com apoio do PMDB e da dissidência do PDS, a Frente Liberal, que se transformara em um partido: o Partido da Frente Liberal (PFL). Pouco antes da votação no Colégio Eleitoral, a “Aliança Democrática” junto com o PMDB lançou o plano de governo intitulado *Nova República* (termo criado por Tancredo) que previa eleições diretas nas capitais e cidades até então consideradas áreas de Segurança Nacional pela ditadura e eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986.⁴⁴

⁴² “Papel decisivo nessa derrota coube ao PMDB, que tornou pública antes da votação sua decisão de participar na eleição indireta a ser realizada pelo Colégio Eleitoral, fosse qual fosse o resultado, afastando o perigo de crise institucional. O episódio mostrou que a elite política, optando pela frustração da mobilização cívica, preferia a prática das negociações de cúpula.” In: MARINI, Rui Mauro. *op.cit.* p.05.

⁴³ O PT expulsou três congressistas que participaram do Colégio Eleitoral: Beth Mendes, Aírton Soares e José Eudes.

⁴⁴ DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 308.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elegeu por 480 votos a chapa encabeçada por Tancredo Neves contra 180 votos para Paulo Maluf e 26 abstenções.⁴⁵ Após 21 anos o país voltaria a ter um Presidente da República civil, embora eleito por voto indireto. Porém, por ironia da História, pouco antes de tomar posse como presidente, Tancredo Neves, então com 75 anos adoeceu gravemente e ficou impedido de assumir a Presidência. Diante da nação estupefata e receosa do possível retorno dos militares, o vice de Tancredo, bastião civil de 21 anos de ditadura, José Sarney, tomou posse no dia 15 de março; em 21 de abril de 1985, Tancredo Neves morreu vítima de diverticulite.⁴⁶

Depois de assumir interinamente a Presidência da República, enquanto o país acompanhava estupefato os últimos dias de Tancredo Neves com vida, José Sarney assumiu o posto máximo do Poder Executivo sem muita legitimidade. Eram recentes e evidentes sua proximidade e aliança política com os militares. Responsável por conduzir o país ao regime democrático, em seu governo ainda era nítida a forte presença militar, como apontou René Dreifuss em sua pesquisa sobre a Constituinte e a “Nova República” publicada na obra *O Jogo da Direita*.⁴⁷ Além de sete Ministérios Militares (Marinha, Exército, Aeronáutica, Estado-Maior das Forças Armadas, Casa Militar, Serviço Nacional de Informações e a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional), dos 1900 funcionários da Presidência da República, 250 eram militares da ativa.⁴⁸ O governo Sarney e do PMDB também foi marcado pela presença de setores agrários e empresariais oriundos de uma ampla rearticulação feita no período, que minou qualquer “áurea” de *centro-esquerda* que o partido procurava manter.⁴⁹

⁴⁵ *Idem*. p. 309.

⁴⁶ Diverticulite é uma [inflamação](#) dos [divertículos](#) presentes no [intestino grosso](#).

⁴⁷ DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.

⁴⁸ *Idem*. p.39. Outro ponto que marcou a presença das Forças Armadas durante o governo Sarney, por exemplo, foram as constantes intervenções do Exército durante as greves de ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional (em Volta Redonda) entre 1985 e 1988, culminando no assassinato de 3 operários na greve de novembro de 1988.

⁴⁹ “É interessante notar que uma boa parcela dos ministros do governo Sarney, embora aparecendo como políticos e figuras de partido, é de empresários de origem ou ‘convertido’, após rápida estadia nos escaninhos governamentais. Entre eles, podemos lembrar o falecido Dílson Funaro (Trol S.A. Indústria de Brinquedos), que foi ministro pai do Plano Cruzado I; o falecido José Hugo Castelo Branco (produtor de arroz em Minas Gerais e com negócios imobiliários em Volta Redonda e na Barra, Rio de Janeiro, através da JHCB); Antonio Carlos Magalhães (vínculos importantes com a Oas Construtora, TV Bahia e jornal “Correio da Bahia”); Almir Pazzianotto (produtor de cana no município de Tietê e pecuarista no de Rafard, além de proprietário de terras a invernada de gado); Paulo Brossard (pecuarista em Bagé, RGS); Íris Rezende (pecuarista em Britânia, Goiás); Aureliano Chaves (cafeicultor e pecuarista, Fazenda da Serra); Roberto de Abreu Sodré (cafeicultor em Avaré, São Paulo e em Paraná, ex-membro do Conselho de Administração do Banco Mercantil de São Paulo e da Cia. City de desenvolvimento); Roberto Santos (cafeicultor e produtor de cacau na Bahia); Aloísio Alves (jornal “Tribuna do Norte” e vínculos com Rádios Cabuci e Difusora de Natal); Jorge Bornhausen (ex-proprietário da empresa Raimann, do setor eletromecânico e ex-proprietário do Banco Áurea e do banco Indústria e Comércio de Santa Catarina); Deni Schartz (fazendeiro em Londrina, Paraná e sócio de outros empreendimentos agrícolas); Olavo Setúbal (Banco Itaú); Roberto Campos Alves (agropecuário); Elmo Camões (ex-presidente do Banco Central e dono da Distribuidora Capitânea)”. DREIFUSS, René. *op.cit.* 1989. p.38-39.

O Ministério da Fazenda foi ocupado por Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo Neves. Ficou seis meses no cargo (de março a agosto de 1985) e foi substituído pelo industrial paulista Dílson Funaro. Com a inflação batendo a casa dos 235% no ano de 1985, em fevereiro de 1986, foi lançado o Plano Cruzado. Tinha como objetivo: combater a inflação sem reduzir a taxa de crescimento. Era um plano econômico que amalgamava medidas *ortodoxas* e *heterodoxas*. Suas principais medidas eram: 1) criação de uma nova moeda (o *cruzado*); 2) ORTN (Novo título Obrigação do Tesouro Nacional); 3) Redução da correção monetária; 4) congelamento de preços; 5) congelamento dos salários (média de 6 meses como base para conversões); 6) fixação do salário mínimo mensal (US\$ 58); 7) criação do seguro desemprego; 8) reajuste automático dos salários caso a inflação atingisse 20%.⁵⁰ Durante os poucos meses de sucesso do plano ocorreram as eleições para os governos estaduais. O PMDB de Sarney ganhou em 21 Estados da Federação. Mas após as eleições, foi anunciado o Plano Cruzado II que reajustava os preços e tarifas públicas, além da carga tributária. Era o fracasso do plano econômico concedido dentro dos gabinetes⁵¹ e uma consequente dissociação dos empresários com a linha econômica heterodoxa.

Após as eleições de 1986, o partido se tornou o maior do país com o maior número de prefeitos e governadores. E a relação com a Presidência da República atravessou momentos problemáticos. Muito diferente, por exemplo, em relação ao PFL e outros partidos da base aliada do governo Sarney, como o PTB, PDC e o PL. É inegável que o apoio do PMDB, devido sua força eleitoral (adquirida durante a ditadura e reforçada nas eleições de 1982) em importantes estados da Federação, somado à sua força nos municípios, foi importante para a vitória da chapa Tancredo-Sarney no Colégio Eleitoral, porém sua relação com o governo Sarney não foi sempre harmônica, principalmente depois das eleições de 1986:

Sobre as constantes indefinições do PMDB durante o governo Sarney, o ex-deputado João Gilberto (RS) afirmou: “O PMDB atravessou todo o governo Sarney com um comportamento ambíguo, às vezes de governo, às vezes de oposição. Sem dúvida ocupou a maior parte da máquina do Estado em todo o Brasil, tinha diferenças com o comportamento do governo federal, as diferenças se acentuaram a nível do parlamento, a nível de alguns estados e assim por diante. Então ele ficou nessa ambiguidade, esteve no governo sem ser governo e, ao mesmo tempo, tinha um comportamento de oposição sem ser oposição”.⁵²

⁵⁰ BIANCHI, Álvaro. *op.cit.* p.182.

⁵¹ A equipe econômica que formulou o Plano Cruzado era composta pelos economistas André Lara Resende, João Sayad, Pérsio Arida e Edmar Bacha. Além, claro, do Ministro da Fazenda, Dílson Funaro.

⁵² FERREIRA, Denise Paiva. *op.cit.* p.140. No ano de 1989, quando o governo de José Sarney estava bem desgastado perante a opinião pública foi aprovado pelo partido uma resolução de independência em relação ao governo Sarney. “O PMDB, pela sua Comissão Executiva Nacional, declara-se politicamente independente em relação ao governo federal, nele não se sente representado pelos seus filiados que integram o ministério, pela escolha do Sr. Presidente da República. Outrossim, reafirma seus compromissos com a transição democrática que se completará com a eleição do novo Presidente da República a 15 de novembro próximo.” Ata da reunião da Comissão Executiva do Diretório Nacional realizada em 13/3/1989. *Idem.* p.142.

Durante a Constituinte (1986-1988), o PMDB se mostrou dividido em diversas frentes. Alguns se aliaram às frentes que defendiam os interesses empresariais dentro da linha de reorganização de suas vanguardas de atuação ligados ao Instituto Liberal, União Brasileira de Empresários, entre outros.⁵³ Outros constituintes estavam ligados a União Democrática Ruralista (UDR) e outros grupos de defesa dos interesses dos agricultores, pecuaristas e grupos de latifundiários que buscavam barrar qualquer linha constitucional que abordasse o termo “reforma agrária”.⁵⁴ Além disso, haviam parlamentares ligados aos *emedebistas* históricos como Ulysses Guimarães, mas a maioria, como assinalou René Dreifuss, fazia parte do que ele batizou de *conserviológico* (conservadores e fisiológicos).⁵⁵ Um dos grupos mais emblemáticos na Constituinte que promulgou a Constituição de 1988 foi o chamado *Centrão* que conseguiu barrar diversas demandas de cunho popular e sindical, do qual o PMDB e diversos partidos de direita faziam parte.

Estes fatos, como a entrada explícita e efetiva de 43 parlamentares no *centrão*, somados à ascensão do grupo político do então governador Orestes Quécia em São Paulo, e à dificuldade de concretizar a candidatura de Mário Covas à Presidência pelo PMDB, culminaram com a saída de diversos parlamentares do partido – mais precisamente 37 deputados federais e 8 senadores – e a formação do *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB), em junho de 1988, que nascia já com a terceira maior bancada do país no Congresso Nacional.⁵⁶

Em junho de 1989, em Convenção Nacional foi aprovado o nome de Ulysses Guimarães como candidato do PMDB às eleições presidenciais do mesmo ano.⁵⁷ Apresentando-se como o “partido comprometido com os chamados *compromissos históricos*”⁵⁸ da redemocratização, o PMDB com Ulysses obteve pífios 4,7% dos votos. Assim, o partido assistiu ao segundo turno entre Fernando Collor de Mello (Partido da Renovação Nacional – PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (PT), no entanto, o apoio do PMDB ao candidato petista foi renegado pelo Partido dos Trabalhadores. Ao mesmo

⁵³ Para saber mais: DREIFUSS, René. *op.cit.* p.198.

⁵⁴ *Idem.*

⁵⁵ *Idem.* p. 103.

⁵⁶ “Descontentes com as posições assumidas pelo partido no processo de elaboração da Constituição e diante do governo Sarney, 39 parlamentares que defendiam posições mais à esquerda deixaram o PMDB naquela ocasião, para fundar o PSDB, destacando-se, entre eles, os então senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso (SP) e José Richa (PR). Entre os deputados, podem-se citar: José Serra (SP), Pimenta da Veiga (MG), Euclides Scalco (PR) e o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro. Além dos parlamentares mencionados, juntou-se a eles o ex-ministro da Fazenda do governo Sarney, Bresser-Pereira”. FERREIRA, Denise Paiva. *op.cit.* p. 144.

⁵⁷ Eram candidatos: Fernando Collor de Mello (PRN), Luis Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Salim Maluf (PDS), Guilherme Afif Domingos (PL), Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Ronaldo Caiado (PSD), Affonso Camargo Neto (PTB), Enéias Carneiro (PRONA), José Alcides Marronzinho (PSP), Paulo Gontijo (PP), Zamir José Teixeira (PCN), Livia Maria de Abreu (PN), Eudes Oliveira Mattar (PLP), Fernando Gabeira (PV), Celso Brant (PMN), Antônio Pedreira (PPB), Manoel Horta (PCdoB) e Armando Corrêa da Silva (PMB).

⁵⁸ FERREIRA, Denise Paiva. *op.cit.* p. 145.

tempo, muitos dos parlamentares e filiados do PMDB votaram no candidato vencedor do pleito, Fernando Collor,⁵⁹ que no final foi o candidato consolação para burguesia brasileira, que encarnou o discurso de abertura econômica e o fim do patrimonialismo no serviço público, crítica *mantraniana* das classes dominantes brasileiras. Ou seja, Collor havia nascido da crise de hegemonia, “o chefe carismático que se colocava acima das classes e de suas organizações e a personificação de um programa de refundação do Estado capaz de unificar as diferentes frações da burguesia”.⁶⁰

A Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello (prima do presidente e professora de História Econômica da USP)⁶¹ logo no primeiro mês de governo anunciou o *Plano Brasil Novo*, apelidado de *Plano Collor*, com pacotes econômicos para combater a inflação de forma rápida, eliminando barreiras tarifárias e assumindo o programa de desestatização e uma política anti-inflacionária baseada no estrito controle monetário e confisco salarial. O governo procurava reorganizar o capitalismo brasileiro e nem todos os industriais brasileiros eram favoráveis à abertura irrestrita da economia brasileira, pois muitos setores poderiam quebrar, como quebraram. No dia 31 de janeiro de 1991, o governo lançou um novo pacote, o *Plano Collor II*. Dentre suas medidas: congelava salários e preços e reajustava tarifas públicas, ações que Collor criticou durante a campanha de 1989 e que desagradou o setor industrial, que em 1991 possuía cerca de 48% da capacidade instalada ociosa.⁶² Após outro fracasso, Zélia Cardoso de Mello foi substituída por Marcílio Marques Moreira.

Durante o governo Collor (1990-1992), no âmbito político partidário, o PMDB declarou-se oposição ao governo, que tinha como base de sustentação o PRN, PFL, PTB e o PDS. O partido não participou de nenhum gabinete ministerial, porém votou a favor do Plano Collor e da abertura do país à economia de mercado e às privatizações de grandes estatais. Porém, logo quando começaram a surgir as denúncias de corrupção no governo Collor, o partido esteve na linha de frente dos que defendiam o *impeachment* do presidente. Agosto de 1992 foi o ápice das mobilizações contra o governo Collor, denunciado pelo irmão, com uma CPMI para investigar seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias. Sem apoio de setores industriais, financeiros e midiáticos, sua imagem foi aniquilada e desmoralizada perante a opinião pública. Mas mesmo com sua queda, não ocorreram mudanças significativas nas relações de força e tampouco nos rumos que a política de Estado assumia, cada vez mais *neoliberal*. Até porque os movimentos sociais, sindicais e o próprio Partido dos Trabalhadores não eram os mesmos da década de 1980.⁶³

⁵⁹ *Idem*. p. 146.

⁶⁰ BIANCHI, Álvaro. *op.cit.* p.189.

⁶¹ *Idem*. p.191.

⁶² *Idem*. p.206.

⁶³ Foge aos limites deste trabalho, analisar mais profundamente o processo de transformismo pelo qual passou o PT ao longo de sua trajetória. Transformismo que é uma das características encontradas em fenômenos de revolução passiva, nos quais as frações da classe subalterna e indivíduos são cooptados ou atraídos para a área de influência da classe dominante. De contestadores passam a defender a ordem.

Com o *impeachment* de Collor em 1992, a presidência da República foi assumida pelo *ex-emedebista* Itamar Franco. Nesta nova conjuntura, o PMDB participou ativamente da ampla coalizão de apoio a Itamar, formada por PFL-PMDB-PTB-PSB-PSDB. Fernando Henrique Cardoso se tornou Ministro da Fazenda; ele e alguns economistas projetaram um novo plano econômico buscando estabilizar a economia brasileira, sem mexer nas mudanças liberalizantes de seus antecessores. A implementação do *Plano Real* foi dividida em 3 partes, como descreveu Álvaro Bianchi: 1ª fase: 07/12/1993: momento de “âncora fiscal” por meio de um ajuste que teve como principal medida a criação do fundo social de emergência. Elevação dos impostos federais em 5%, a recriação do imposto provisório sobre movimentação financeira (IPMF), um corte de 40% nas despesas correntes e a diminuição de transferências para Estados e Municípios. 2ª Fase: 01/03/1994. Criada a URV (Unidade de Referência de Valor) utilizada para converter compulsoriamente os salários com base na média do salário real prevalente no período imediatamente anterior. Os preços e contratos foram gradativamente transformados nessa nova unidade de conta. Em maio e junho de 1994, essa conversão permitiu uma indexação diária dos salários, câmbio, preços e “hiperinflação” programada. 3ª Fase: a partir de 1º de julho de 1994 houve a transformação da URV em Real e a fixação da taxa de câmbio em US\$1 = R\$ 1. A sobrevalorização do Real foi o ponto de partida dessa fase. Desindexação em 1995 ocorreu prioritariamente nos salários dos funcionários públicos, que foram congelados.⁶⁴

Para a sucessão de Itamar Franco, o PMDB estava dividido entre o grupo que defendia a candidatura própria e o grupo que almejava manter a aliança que começou a ser costurada no governo Itamar com o PSDB-PFL-PTB. Em maio de 1995, o partido, então presidido pelo deputado Luiz Henrique da Silveira (SC), optou pela candidatura própria e decidiu entre Orestes Quércia e Roberto Requião, sendo o primeiro vencedor por ampla maioria de votos.⁶⁵

A invasão de produtos importados de baixíssimo custo e a estabilidade monetária fizeram disparar o consumo; nas eleições de 1995, o ex-ministro FHC venceu com folgas Lula da Silva do PT. Parece-nos ser a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil, em consenso em torno do receituário neoliberal, ainda que não fosse benéfica pra diversos setores da indústria do Brasil a defesa da desregulamentação das relações do trabalho, entre outras medidas, que seduziam toda a burguesia.

Durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), de ampliação e consolidação da política neoliberal no país, com hegemonia da fração burguesa financeira, novamente o PMDB esteve dividido em relação ao governo. Após a também pífia votação de Quércia nas eleições presidenciais, ganhou força a corrente que defendia o apoio ao governo. Mesmo dividido, o partido esteve sempre com os mesmos índices de fidelidade ao governo que outros partidos da base aliada e nas votações cruciais rumo à

⁶⁴ BIANCHI, Álvaro. *op.cit.* p.235-236.

⁶⁵ “As eleições prévias foram realizadas no dia 18/5/1995. Orestes Quércia obteve 8.555 votos e Requião 1.952; votos nulos somaram 213 e brancos 114. O número de votantes foi de 10.834 e as abstenções chegaram a 1.195.” FERREIRA, Denise Paiva. *op.cit.* p. 182-183.

abertura ao livre mercado e reestruturação produtiva dos setores público e privado, a grande maioria do partido se mostrava amplamente seduzida pela *ideologia neoliberal*.⁶⁶

No fim do primeiro mandato, quando FHC conseguiu via Congresso Nacional a aprovação da lei que permitiu a reeleição para o Executivo, a Executiva Nacional do PMDB indicou aos seus congressistas a não aprovação da emenda, mas 87,5% deles votaram a favor da reeleição.⁶⁷ No ano eleitoral de 1998, enquanto a maioria da Executiva Nacional era opositora ao governo, a bancada no Congresso desrespeitava-a continuamente. “Caciques” políticos como Jader Barbalho, Itamar Franco, Roberto Requião e Orestes Quércia defendiam candidatura própria para a Presidência da República. Na Convenção Nacional ocorrida no dia 03 de março de 1998, os convencionais chegaram a se agredir fisicamente em plenário e o resultado foi bastante dividido: 303 votos pela candidatura própria do partido, 389 pela não candidatura e 5 votos em branco. No fim de junho, uma nova Convenção ocorreu, agora sem a presença de Requião, Quércia e Itamar. Sem forças, Jader Barbalho foi facilmente derrotado pelas forças pró-governo.⁶⁸

No mesmo ano, mais precisamente em setembro de 1998, uma nova direção foi eleita no PMDB. Sua cúpula foi composta pelo então presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer (SP), Geddel Vieira Lima (BA) e Eliseu Padilha (RS), um trio amplamente favorável a uma aliança com o governo FHC. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), a presença do PMDB no governo se manteve. Em 2002, o partido foi aliado de primeira hora do PSDB na candidatura de José Serra a sucessão de FHC, com a indicação de Rita Camata (ES) como vice na chapa.

Com a derrota do PSDB nas eleições presidenciais de 2002 e a eleição de Luís Inácio Lula da Silva do PT (bem diferente daquele PT de 1989 que recusara o apoio do PMDB no segundo turno contra Collor), a posição do PMDB permaneceu como no primeiro governo de FHC, com duas correntes, uma apoiando o governo e outra assumindo forte oposição ao governo do PT. Em 2003, Anthony Garotinho, que já havia deixado o PDT e o PSB (quando concorreu à eleição presidencial de 2002), filiou-se ao PMDB buscando consolidar sua candidatura para presidência em 2006. Tudo caminhava neste sentido, quando o mesmo foi alvo de denúncias de desvio de recursos públicos para

⁶⁶ O partido apoiou e participou ativamente do governo de Fernando Henrique Cardoso: “O PMDB ocupou as seguintes pastas: Ministério dos Transportes, cujos titulares foram Odacir Klein e Eliseu Padilha, ambos do PMDB gaúcho. O primeiro deixou o cargo por problemas de ordem pessoal, tendo sido substituído por Eliseu Padilha. O outro ministério destinado ao PMDB foi o Ministério da Justiça, cujo titular Nelson Jobim (RS), deixou o cargo após ser nomeado para o Supremo Tribunal Federal. Este foi substituído pelo senador Íris Rezende (GO). A Secretaria de Políticas regionais também foi ocupada pelo PMDB: seu primeiro ocupante foi Fernando Catão (PB), posteriormente substituído por Ovídio de Angelis (GO). Além desses cargos, vários outros do segundo e terceiro escalões do governo foram ocupados pelo PMDB”. FERREIRA, Denise Paiva. *op.cit.* p. 183. Ainda citando o trabalho da cientista política Denise Paiva Ferreira, os índices de fidelidade aos projetos do governo (Executivo) foram os seguintes: PMDB – 61,25%, PTB – 67,85%, PFL – 67,84%, PSDB – 67,84% e PPB – 6,18%. As emendas constitucionais foram as seguintes: quebra do monopólio estatal das comunicações, quebra do monopólio estatal do petróleo, reeleição pra cargos do poder executivo, reforma administrativa/quebra da estabilidade dos servidores públicos. FERREIRA, Denise Paiva. *op.cit.* p. 152 e 183.

⁶⁷ FERREIRA, Denise Paiva. *op.cit.* p. 153.

⁶⁸ *Idem.* p.185.

organizações não governamentais de empresários que estariam repassando esses recursos para sua pré-campanha presidencial. Com isso, a candidatura própria do PMDB em 2006 não ocorreu e novamente o partido não participou da eleição presidencial.

No segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o mesmo buscou se aproximar do PMDB, principalmente após o escândalo do *mensalão* (2005) para ter uma maioria (sólida) no Congresso Nacional e assim não ser preciso buscar apoio em partidos pequenos, puramente fisiológicos, para ter maioria na casa legislativa e também costurar uma aliança sólida para seu candidato à sucessão presidencial. De fato, as eleições presidenciais de 2010 consagraram a aliança do PMDB com o PT, através da vitória da *dobradinha* Dilma Rousseff (PT) como presidente e Michel Temer (PMDB) como vice.

Perpassado esses últimos 27 anos, da chamada de “Nova República” no Brasil, o que podemos perceber é a consolidação da dominação burguesa no Brasil, notadamente as frações burguesas financeiras e do *agrobusiness*, somadas à emergência de grandes grupos empresariais, frutos de fusões incentivadas e financiadas pelo próprio Estado brasileiro. Nesse período, a relação do Estado com as frações burguesas do país se aprofundou e diversos canais de interlocução foram gestados. O Estado e a economia se modernizaram com forte aparato midiático e tecnológico. A principal forma política (PT), que durante a década de 1980 ocupava o espaço político contra-hegemônico, se transformou ao longo do período no partido da ordem estabelecida do capital. O partido que até a década o início da década de 1980 era a maior entidade representativa de setores democráticos nacionais passou, desde a década de 1990, a hegemonizar a pequena política no parlamento brasileiro e, ao mesmo tempo, também passou a dominar a política regional, com tudo aquilo que permanece de mais conservador na política nacional.

A aliança PT-PMDB, somada aos anos de governos *tucanos* da década de 1990, reforça um projeto hegemônico que maximiza tanto as formas de coerção (manutenção dos aparatos repressões, criminalização da pobreza e dos movimentos sociais independentes e contestatórios com a conivência criminosa da mídia empresarial) como as de consenso, como aponta Marcelo Badaró Mattos, partindo das pesquisas de Lúcia Neves e Vêrginia Fontes:

nos ajudam a perceber o tamanho do aparato mobilizado para transmitir aos subalternos os valores adequados à adaptação a uma ordem produtiva capitalista baseada na ampliação da expropriação e na intensificação da exploração da classe trabalhadora. Ao que se combina a reatualização das práticas filantrópicas, travestidas de “responsabilidade social”, que incorporam projetos intelectuais e militantes, através dos procedimentos de “empresariamento de projetos” como forma de sobrevivência, rebaixando os discursos “da crítica social à denúncia da pobreza”. O resultado é a difusão dos valores da “flexibilidade”, da “mobilidade” e da “adaptabilidade” como os mais adequados ao indivíduo-trabalhador/empreendedor de hoje – acompanhados, é claro, do esquecimento, quando não da condenação de qualquer tipo de defesa da mobilização coletiva contestatória –, assim como a substituição das

referencias à classe pelas múltiplas identidades, inclusive aquela de “pobre”, objeto da assistência da responsabilidade social ou das políticas focalizadas, quando o indivíduo flexível e empreendedor não encontra espaço no mercado de trabalho.⁶⁹

⁶⁹MATTOS, Marcelo Badaró. <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/M-Badar%C3%B3.pdf>> Acesso em 15/8/2013.